

A construção do papel social da mulher na Primeira República

Aline Tosta dos Santos

Resumo: Este trabalho tem por objetivo discutir os elementos que estruturaram o modelo normativo de família dirigido à sociedade brasileira no período compreendido entre os anos 1890-1930. Procuraremos demonstrar de que maneira essa construção ideológica se assentou na figura da mulher, requerendo desta considerável comprometimento. Todavia, entre o modelo proposto e sua incorporação, as mulheres estabelecem limites e resistências a essa dominação. Desse modo, este estudo também se propõe a resgatar alguns aspectos do cotidiano familiar das mulheres trabalhadoras e demonstrar como elas vivenciaram este período a partir de suas condições materiais.

Palavras-chave: Maternidade, Família, Classes Populares, Primeira República Brasileira.

Abstract: This paper aims to discuss the elements that structure the normative model of family for the Brazilian society in the period between the years 1890-1930. Tried to demonstrate in what way this construction is based on ideological figure of the woman requesting this considerable commitment. However, between the proposed model and its incorporation, the women set limits and resistance to such domination. Thus, this study also aims to recover some aspects of daily family of women workers and demonstrate how they experienced from this period of their material conditions.

Keywords: Maternity, Family, Popular Classes, First Brazilian Republic.

Introdução: por um projeto político regenerativo

No final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as práticas populares de vida se tornaram objeto de grande preocupação de médicos, sanitaristas, filantropos, reformadores sociais e de setores da burguesia industrial.

Na história brasileira, este período é caracterizado por um projeto político que pretendia transformar o país em uma nação civilizada, culta e moderna. Os esforços da elite burguesa concentravam-se, sobretudo, em tentativas de eliminação de qualquer resquício de um passado de “atraso”. Assim, a incorporação do “moderno” representado pela importação dos costumes europeus figurava como passaporte para a ordem e o progresso da jovem república brasileira.

Assiste-se, durante o século XIX, ao processo de institucionalização da medicina como produtora de um saber capaz de ordenar e orientar todas as áreas da sociedade: na formatação do espaço urbano, no trabalho, nas relações familiares e nos corpos masculinos e femininos. A retórica médica apresentava a “sociedade como um organismo caótico que necessitava ser regrado, estabelecendo uma oposição entre desordem real e uma ordem ideal, sendo a interferência do médico considerada indispensável” (Matos, 2003, p.109).

O estabelecimento dos ideais higienistas, responsáveis por toda uma ideologia nascente, passará a desenhar uma nova conduta social, provocando modificações que serão verificadas na organização da família brasileira com vista ao estabelecimento da saúde psíquica e física que garantisse filhos saudáveis. No que tange as famílias das classes populares, trata-se também de garantir uma força de trabalho adequada e disciplinada.

O projeto de moralização da sociedade brasileira nas décadas iniciais do século XX incluía a formação de uma nova figura do trabalhador: dócil, submisso, mas economicamente produtivo. Através de múltiplas estratégias de disciplinarização – exercidas dentro e fora das fábricas – era mister integrar o proletariado e sua família ao universo dos valores burgueses. “É o desejo de eliminação da diferença, de normalização do outro, que se coloca como motivação primeira das investidas do poder sobre a classe operária fora das fábricas” (Rago, 1985, p.61). Para tanto, a redefinição da família constitui peça mestra no projeto de normatização da sociedade. Nesse sentido, era tarefa urgente criar um modelo imaginário de mulher, voltada para a intimidade do lar, e também um cuidado especial com a infância, redirecionada para a escola ou os institutos de assistência social. Sobre esta construção ideológica e a sua incorporação pelas mulheres pobres, nos propomos a discutir neste artigo.

Imagens da mulher

No imaginário do século XIX e XX, o sexo feminino estava à mercê de seu aparelho reprodutivo, que, segundo se acreditava, tornava seu comportamento emocional errático e imprevisível. Nesse momento, a imagem construída para a mulher destacava a sua fragilidade física, da qual decorriam sua delicadeza e debilidade moral. No entanto, a tese da inferioridade feminina encontra raízes ainda na filosofia Iluminista. De acordo com Rachel Soihet (1997):

Constituem-se as mulheres, de acordo com a maioria dos filósofos iluministas, no ser da paixão, da imaginação, não do conceito. Não seriam capazes de invenção e, mesmo quando passíveis de ter acesso à literatura e a determinadas ciências, estariam excluídas da genialidade. A beleza atributo desse sexo era incompatível com as faculdades nobres, figurando o elogio do caráter de uma mulher como a prova de sua fealdade (Soihet, 1997, p. 9).

Para a maioria dos iluministas, a razão era um atributo que não estava presente nas mulheres, completando-se o processo apenas nos varões. A mulher teria permanecido na etapa da imaginação e da infantilidade. Não exercer o controle sobre seus comportamentos significaria, portanto, deixá-la sucumbir ao risco da loucura. Nesse sentido, o oposto da “mãe” é a mulher histérica e nervosa (Costa, 1979).

Rousseau, filósofo iluminista, exerceu influência entre os homens cultos tanto na Europa, quanto no Brasil. A publicação de *Émile*, em 1762, cristalizou as novas idéias e deu um verdadeiro impulso à família moderna, isto é, a família fundada no amor materno. Veremos que, depois do *Émile*, durante dois séculos, todos os pensadores que se ocuparam da infância retornam ao pensamento rousseauiano para levar cada vez mais longe suas aspirações.

Com relação à educação, o filósofo propõe uma diferenciação entre homens e mulheres. Para estas, simbolizada por Sofia (destinada a ser esposa de Emílio) não se deveria cultivar qualidades masculinas, pois “a mulher é feita especialmente para agradar o homem” e “para obedecer também”.

Na narrativa, ao descrever o que entende por natureza feminina, Rousseau reproduz e aprofunda a representação inferiorizada da mulher. Enquanto Emílio é definido como forte, corajoso, ativo, inteligente, pensante; Sofia é *naturalmente* fraca, submissa, passiva, complemento masculino. A mulher é definida por aquilo que o homem não tem, ou seja, é descrita em negativo.

A inferioridade da razão era um fato incontestável bastando cultivá-la na medida necessária ao cumprimento de seus deveres naturais: obedecer ao marido, ser lhe fiel, cuidar dos filhos. No que concerne à educação, os homens ingressavam no curso secundário vislumbrando o ensino superior. Já para as mulheres, a opção consistia nas

escolas normais, destinadas à profissionalização e o preparo para o mundo doméstico (Soihet, 1997).

Tais pressupostos difundem-se e ganham força durante o século XIX e XX, adquirindo respaldo científico. O modelo elaborado forja uma representação simbólica da mulher: esposa, mãe, dona-de-casa afetiva, mas a sexualidade encontrava-se condicionada ao instinto maternal. Temos, assim, duas representações do feminino: a mulher passiva sexualmente destinada à satisfação do marido e a prostituta, considerada por Cesare Lombroso e Ferrero Guglielmo como uma degenerada nata, pois perverteu o estatuto da natureza frágil e delicada da mulher. Sua transcendência somente é possível pela maternidade. Sobre o pensamento dos médicos criminologistas, Soihet afirma

Os autores, em sua obra, partindo das características das mulheres que consideravam normais, buscam ampliar aquelas dadas como desviantes – as prostitutas e criminosas. Tais tipos apresentariam manifestações de degenerescência sendo representativas dos tipos mais primitivos da espécie humana, reconhecíveis pela peculiaridade de suas características biológicas (Soihet, 1989, p.82).

Esta dicotomia também reforçava uma representação simbólica de mulher em torno dos estereótipos de Eva e Maria. Tais figuras, no entanto, são complementares na medida em que são submissas e dependentes do homem, corroborando assim a tese da incapacidade da mulher em dirigir sua própria vida.

Por razões biológicas, a medicina social assegurava constituírem-se como características femininas: a fragilidade, o recato, o predomínio das faculdades afetivas sobre as intelectuais¹. Conforme nos esclarece Jurandir Freire Costa:

Do ponto de vista dos higienistas, a independência da mulher não podia extravasar as fronteiras da casa e do consumo de bens e idéias que reforçassem a imagem da mulher-mãe. Por isto, sua presença nas catedrais da ciência era intolerável. A mulher intelectual dava mau exemplo às outras mulheres (Costa, 1979, p.260).

Para a medicina, a anatomia e a fisiologia, ou seja, a “natureza biológica” consistia em fundamentos para estabelecer o papel do homem e o da mulher. A função e o

¹ Elisabeth Juliska Rago ao analisar a prática e o discurso da médica baiana Francisca Prager Fróes no século XIX afirma: “É preciso ressaltar que o saber médico comportava várias perspectivas, nem todas misóginas, não podendo ser visto como algo homogêneo” (2005, p.108).

comportamento feminino estariam, de acordo com esta perspectiva, definidos pelo aparelho reprodutivo. Nesse ponto, são pertinentes as considerações de Tânia Navarro Swain ao problematizar o “natural” nos discursos referentes ao corpo e ao sexo. Para a autora, o sexo é uma construção social que estabelece sua importância nos papéis generizados tendo como premissa a norma binária/heterossexual. Através das tecnologias de gênero², a instauração do corpo sexuado estabelece representações e identidades e constitui, portanto em

[...] uma invenção social, que sublinha um dado biológico cuja importância, culturalmente variável torna-se um destino natural e indispensável para a definição do feminino. A questão se articula sobre a importância social: isto significa que a materialidade do corpo existe, porém a “diferença entre os sexos” é uma atribuição de sentido dada aos corpos (Swain, 2000, p.51).

A misoginia do pensamento médico dominante e o ideário religioso reforçavam o pressuposto da oposição “natureza x cultura”, enfatizando o argumento biológico que atribuiu às mulheres o papel exclusivo de mãe e esposa.

Acompanhando as correntes de pensamento europeu, no Brasil durante o século XIX foi grande a difusão do Positivismo e do Evolucionismo. Estas teorias utilizavam a diferença biológica entre os sexos como uma justificativa para as desigualdades sociais e culturais entre homens e mulheres, conforme foi demonstrado anteriormente. No entanto, a partir da década de 1920, assiste-se um deslocamento nos discursos. A ênfase destinada à inferioridade da mulher é substituída pela idéia de que as diferenças biológicas e sociais são necessárias e complementares. Moncorvo Filho, um dos principais expoentes da medicina higienista no Brasil, em seu discurso por ocasião do dia das mães nos fala:

O homem tantas vezes amando a sangueira – guerras, revoluções, crimes e vícios – nem sempre é o animal dócil, meigo e cordato que *fôra* para desejar. A mulher, *quasi* sempre bondosa e meiga – pensamento inclinado para o Bem – com encantadora meiguice olhos fitos nos filhos, prodigalizando-lhes o carinho, o afago, a educação e os bons sentimentos, não raro se *constitue* um verdadeiro anjo do lar!”(Moncorvo Filho, 1925, p.4).

² As tecnologias do gênero seriam os mecanismos institucionais e sociais que teriam “[...] o poder de controlar o campo da significação social e produzir, promover e implantar representações de gênero” (Teresa de Laurteis apud Swain, 2000).

Assim, enquanto no homem predominaria o instinto sexual, na mulher a primazia caberia ao instinto materno. Para Soihet (1989), os principais representantes deste pensamento no país são Teixeira Mendes e Miguel Lemos. Estes pensadores reforçavam a complementaridade entre os sexos e se contrapunham às teorias que postulavam a inferioridade feminina. No entanto, no que tange aos resultados, não se afastavam muito dos evolucionistas, pois estas teses constituíam em um mecanismo para manter a mulher alheia aos seus próprios interesses e reforçando dessa maneira sua missão como mãe e esposa.

Outras vozes, destoantes do discurso hegemônico, também surgem neste período³. Titio Lívio de Castro⁴, no final do período Imperial, afirmava não haver obstáculos para o desenvolvimento mental feminino. Para o médico, as características tidas como femininas resultaram de um processo histórico-social. Contrariou também a tese de que haveria um espaço exclusivo para a mulher na família e para o homem na sociedade afirmando desse modo que ambos os sexos poderiam ocupar a esfera pública e privada.

Além da fala médica, o discurso do operariado masculino volta-se para a mulher, definindo-a simbolicamente como “sexo frágil”, numa atitude paternalista que visava protegê-la contra os possíveis *don-juans*. A fábrica é caracterizada como um ambiente hostil e insalubre. É o espaço onde a mulher, frágil e indefesa, corre o risco de corromper-se. Assim, o lugar do trabalho constitui a antítese do lar. O movimento operário, liderado majoritariamente pelos homens, atuou no sentido de fortalecer a ação disciplinadora sobre as mulheres e refletiu a clara preocupação com a valorização da força de trabalho masculina.

Não é de se estranhar que as primeiras medidas na luta pela reivindicação dos direitos da mulher trabalhadora fossem no sentido de colocar em primeiro plano a proibição do trabalho noturno, considerado imoral para o sexo feminino, e as garantias relativas à maternidade. A representação da mulher como sexo frágil e *anjo do lar* buscava seu retorno ao ambiente doméstico.

A mãe “moderna”

³ O tema está em Soihet (1989).

⁴ Titio Lívio de Castro foi médico filiado ao cientificismo liberal.

Ao retomar a maternidade como função principal da mulher (com base no binarismo: mulher/natureza e homem/cultura), a “nobre missão feminina” associada ao discurso nacionalista é investida de uma roupagem moderna. Mais do que dar filhos ao marido, o ideal da maternidade é reformulado para garantir cidadãos para a pátria. O exercício da maternidade passa a ser compreendido em termos científicos, constituindo uma missão patriótica e uma função pública. Trata-se de superar as práticas atrasadas das comadres, os conselhos e crenças entendidos como arcaicos e fundamentados no senso comum. Sobre isso nos fala Freire em seu artigo “Ser mãe é uma ciência”:

Entre outros agentes que participaram desse processo, os médicos consolidaram seu papel por meio da enunciação de um discurso que condenava o exercício tradicional da maternidade, redefinindo-a em novas bases. Signo máximo da modernidade e ferramenta propulsora privilegiada no processo de transformação social em curso, a ciência foi acionada na conformação de um determinado modelo de maternidade, configurando-se, através da maternidade científica, um novo papel feminino: a mãe moderna (Freire, 2008, p.154).

Nesse cenário, o casamento entre o Estado e a Medicina é consumado. Pouco a pouco, o padre, como referência para as questões familiares, passa a ser substituído pela figura do médico de família. Este se torna um dos agentes principais na intervenção e controle dos indivíduos.

O ideal da maternidade científica⁵ propiciou a consolidação da Puericultura que, diferentemente da Pediatria (voltada para o corpo infantil), apresentava como objetivo o corpo social, os comportamentos e os hábitos, se afirmando e conquistando maior autoridade no corpo médico e no interior da sociedade.

Recorrendo ao problema do aleitamento materno natural e à condenação da amamentação mercenária, formulou-se um discurso de valorização do papel da mulher na função de mãe moderna e higiênica. De acordo com Margareth Rago (1985), este discurso era destinado para as mulheres das classes mais abastadas, pois utilizavam o serviço das empregadas e amas-de-leite. Para os médicos, o problema do abandono infantil era

⁵ O conceito de maternidade científica foi formulado por Rima Apple apud Freire (2008), qual seja, o exercício da maternidade fundamentado em bases científicas, objeto de práticas educativas próprias e supervisionado por médicos.

explicado pelo desejo egoísta de manter o corpo esbelto. Como demonstra Jurandir Freire Costa, a culpabilização da mulher foi uma ferramenta importante nesse processo.

A mulher que não amamentava, dizia-se, rompia duplamente os cânones naturais. Em primeiro lugar, porque se conduzia de modo contrário a todas as fêmeas da classe dos mamíferos; em segundo lugar, porque contrariava sua outra vocação “natural”, a de ser mãe, conforme o figurino higiênico. A mãe que não amamentava era uma mãe desnaturada comparável às feras (Costa, 1979, p.256).

Ao enaltecer as propriedades naturais e a superioridade do leite materno, os médicos condenavam o aleitamento mercenário, atribuído como um dos motivos para os altos índices de mortalidade entre as crianças.

Interessante perceber que, além da ameaça sanitária, a condenação das amas-de-leite se faz por meio de uma investida moral: a ama surge neste espaço como uma pessoa de hábitos duvidosos, impregnada de vícios, que penetra como elemento estranho e pernicioso, destruindo a intimidade do lar. Para combatê-la, o discurso da medicina se volta para a mulher, exaltando a figura da “guardiã vigilante”.

Apesar desta empreitada contra o aleitamento mercenário, o poder médico não conseguiu erradicar esta atividade. Em decorrência, procurou exercer um controle sobre a mesma. Atendendo esse objetivo, Moncorvo Filho organizou em 14 de julho de 1901 o Gabinete de Exame e Atestação das Amas-de-leite⁶. Coerente com essa proposta, alguns anos depois, no V Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia realizado em 1903, o médico apresentou o Projeto de Regulamentação das Amas-de-leite.

Parece-nos, entretanto, que a primeira e mais *eficaz* medida de todas está no poder das mães, as *quaes* devem por tal forma compenetrar-se da sua sublime missão, que somente entreguem seus filhos a amas mercenárias quando lhes for absolutamente impossível alimentá-los com seu próprio leite. Demais, o estabelecimento de um *escriptorio* geral de amas, a semelhança do *Escriptorio* Municipal de Santa Appolonia de Paris, onde as amas sejam escrupulosamente examinadas por uma comissão médica para este fim *contractada*, é em nossa humildade opinião, uma medida digna de apreço e de urgente necessidade (CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA E CIRURGIA, 1904, p.267 e 268).

⁶ O serviço funcionava no Dispensário Central do Instituto de Proteção e Assistência à Infância no Rio de Janeiro. Para maiores informações ver CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA E CIRURGIA (1904).

Por meio deste mecanismo, as amas deveriam ser regularmente examinadas, sendo imprescindível para o exercício da atividade a apresentação do certificado emitido pelo Instituto⁷. Este documento reconhecia aptidão da nutriz para este trabalho.

A “mulher-mãe” passa a desempenhar um papel fundamental no nascimento da família nuclear moderna. Vigilante, atenta e soberana no seu espaço de atuação, ela se torna

[...] a responsável pela saúde das crianças e do marido, pela felicidade da família e pela higiene do lar, num momento em que cresce a obsessão contra os micróbios, a poeira, o lixo e tudo que facilita a propagação das doenças contagiosas. A casa é considerada o lugar privilegiado onde se forma o caráter das crianças, onde se adquirem os traços que definirão a conduta da nova força de trabalho do país. Daí a enorme responsabilidade moral atribuída à mulher para o engrandecimento da nação (Rago, 1985, p.80).

Ao mesmo tempo em que a maternidade é concebida como função natural da mulher, os médicos reforçavam a complexidade de tal missão que não poderia mais ser sustentada apenas pelo instinto natural. Práticas costumeiras como o banho, as brincadeiras ou até mesmo a alimentação infantil eram re-significadas em modernas teorias científicas. Não raro os médicos citavam autores estrangeiros para legitimar suas prescrições. As práticas de correção, por exemplo, na forma de castigo corporal, foram duramente criticadas, pois remetiam ao passado colonial. A valorização da ciência como signo de modernidade e progresso se realizava, portanto, na oposição antigo/novo e tradicional/moderno – polarização usada desde o século XIX como recurso preferencial para explicar as transformações da sociedade brasileira.

O argumento científico foi, possivelmente, um dos responsáveis pela incorporação do ideário da maternidade científica por mulheres das classes média e alta urbanas, uma vez que, além de gozar de prestígio na sociedade, a ciência se identificava com a esfera pública, domínio essencialmente masculino. Para Freire (2008), a maternidade científica não se

⁷ Este certificado trazia os seguintes dados referentes à ama: nome completo, idade, nacionalidade e cor. Constava também a data e o local da expedição do documento. Além disso, informava o nome dos filhos (se estavam vivos ou não), o nome do chefe do serviço de atestação e o visto do diretor do Instituto.

Ao ser examinada, a ama-de-leite recebia também uma caderneta. Caso a nutriz não comunicasse à administração do Instituto, dentro das primeiras 24 horas, que se empregou, este documento e o certificado poderiam ser caçados. Conforme o regulamento do Instituto, consistia em uma obrigação da ama obter do patrão (antes de se despedir de qualquer casa) todas as informações possíveis a seu respeito, principalmente o motivo pelo qual foi despedida. Para maiores detalhes ver Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1913).

reduziu simplesmente em uma dominação de gênero nem representou apenas uma imposição da classe médica sobre as mulheres, pois:

Se para muitas mulheres a adesão aos princípios da puericultura representou uma possibilidade de conseguir educação de melhor qualidade e acesso à esfera pública, por meio da valorização da maternidade como função social, propiciou também a entrada em campos profissionais e acadêmicos que envolvessem suas habilidades maternas 'inatas', como o magistério, a enfermagem (Freire, 2008, p.167).

Esta incursão à esfera pública, ainda que limitada pelas condições históricas, pode ser compreendida como “matriz de uma consciência de gênero” e manifestação do “sair” do qual nos fala Perrot,

Sair fisicamente: deambular fora de casa, na rua, ou penetrar em lugares proibidos – um café, um comício – viajar. Sair moralmente dos papéis que lhes são atribuídos, ter opinião, passar da submissão à independência: o que pode acontecer tanto no público como no privado (1994, p.503).

Através da filantropia, migrações e viagens, diversas esferas foram ocupadas por mulheres que negaram os lugares e os papéis tradicionais. Esta circulação ampliou a influência feminina na sociedade. Apesar das investidas masculinas no sentido de impedir esta liberação, “as mulheres souberam apoderar-se dos espaços que lhes eram deixados ou confiados para alargar a sua influência até as portas do poder” (Perrot,1994, p.503).

Neste contexto social, a ideologia da maternidade científica foi o resultado da atuação dinâmica e complexa de múltiplos agentes sociais, entre eles, as próprias mulheres, que, através de estratégias ativas como resistência, seleção, negociação, aliança e parceria aproveitaram o movimento de valorização da função maternal para transformá-la em instrumento de poder feminino.

Este processo em curso no Brasil estava intimamente relacionado ao contexto internacional. No cenário europeu e norte-americano, a valorização da maternidade impulsionou os movimentos femininos no final do século XIX, para a defesa do que consideravam os “direitos de todas as mães”, reivindicando a intervenção estatal na proteção à maternidade e chegando, em alguns casos, a requerer um “salário de mãe”, pois

a maternidade era equiparada a um emprego remunerado. Este “feminismo maternal” ou maternalismo feminista⁸ estava pautado no ideal de sororidade⁹.

No Brasil, a ideologia maternalista foi gestada dentro de um discurso médico e religioso, sendo fundamental para a criação de instituições femininas de filantropia¹⁰ e a estruturação de uma rede de proteção materno-infantil (Marques, 2005; Martins, 2005 e Mott, 2001).

Até onde vai a passividade e a submissão da mulher?

A ideologia burguesa como mecanismo de controle exerceu grande influência sobre a classe trabalhadora. No período estudado, através de estratégias que perpassam todas as esferas da vida, o controle se exerceu desde a tentativa de disciplinarização rígida do tempo¹¹ e do espaço de trabalho até a interferência nas relações familiares estabelecendo normatizações para ambos os sexos. Contudo, por diferentes razões, nem todas as mulheres foram igualmente sensíveis a esses argumentos. Este discurso atingiu e se fez presente no imaginário das famílias, mas não se pode afirmar que o modelo foi totalizante. Na medida em que esta é construção idealizada,

Como não ocorrer uma ressemantização do ideal quando se trata de um contexto no qual a metade das pessoas manifestamente não o seguem? Ironicamente, a própria rigidez do modelo tornava-o de uso restrito, pois qualquer deslizava jogava a mulher para o campo dos “sem moral”, num espaço onde se forjava, nas práticas do dia-a-dia, uma moralidade alternativa (Fonseca, 1997, p.531).

A historiografia brasileira vem apontando mudanças significativas nos estudos sobre a família. Mariza Corrêa (1994), ao “repensar” o tema, reforça a necessidade de “dar

⁸ Para Gisela Bock, o maternalismo feminista “assentava-se no pressuposto de que a maternidade não era meramente um problema específico ou uma questão isolada, mas antes a condição unificadora do sexo feminino. Ele questionava tanto a pobreza feminina como o salário familiar do marido, e levava da reivindicação dos direitos das mães pobres à reivindicação dos direitos de todas as mães” (Bock, 1991, p.437).

⁹ O ideal da sororidade ou da irmandade é a idéia-força de unificação através de uma identidade biológica comum a todas as mulheres. No entanto, esta forma de pensar sofreu revisões a partir dos anos 80 do século XX conforme Costa (2004).

¹⁰ Os grupos e associações criadas procuravam ultrapassar a assistência à saúde, ampliando o enfoque do problema da maternidade ao abordar temas como a pobreza feminina e os direitos das mulheres trabalhadoras à creche (Mott, 2005).

¹¹ Sobre o tempo e a disciplina do trabalho ver Thompson, 1998.

conta da existência de uma tensão permanente entre os impositores de uma ordem pré-definida e aqueles que a resistem cotidianamente” (1994, p.5). Eni de Mesquita Samara (1998) revela a existência de diferentes tipos de relações entre os sexos e a distância entre a norma e prática social.

O trabalho de Sidney Chalhoub (1986) nos oferece elementos para compreender que a classe trabalhadora estabeleceu limites claros à possível eficácia dos mecanismos de controle e repreensão sexual. Não se trata de re-afirmar a perspectiva do desajustamento, da anomalia, da patologia social ou da desordem da família popular, mas, sobretudo, conhecer as formas próprias de organização das classes populares diretamente relacionadas com suas condições de vida.

Tradicionalmente, as mulheres são retratadas como passivas e submissas. O outro lado dessa imagem acomodada e disciplinada da mulher da classe dominante é dado pelas mulheres das classes populares. Apesar da dominação masculina, a atuação feminina não deixa de se fazer sentir, através de complexos contra-poderes: poder maternal, poder social, poder sobre outras mulheres e "compensações" no jogo da sedução. Nesse ponto, destaca-se o trabalho de Soihet (1989) que analisa o cotidiano das mulheres pobres na cidade do Rio de Janeiro entre os anos 1890-1920.

A História vem desmistificando estereótipos, revelando dessa maneira, outras faces, ignoradas pelo paradigma do sujeito universal iluminista. De acordo com Michelle Perrot,

Discursos e imagens cobrem as mulheres como uma vasta e espessa capa. Como alcançá-las, como quebrar o silêncio, os estereótipos que as envolvem? [...] Sem dúvida é necessário abandonar a idéia de que a imagem nos traz um painel da vida das mulheres. Mas não abandonar a idéia do poder, da influência das mulheres sobre a imagem pela maneira como a usam, pelo peso de seu próprio olhar (Perrot, 2007, p. 25).

Para Samara (1998) houve certo exagero por parte dos estudiosos e romancistas ao transmitirem o estereótipo do marido dominador e da mulher submissa. As variações nos padrões de comportamento de mulheres provenientes de diferentes níveis sociais indicam que muitas delas trouxeram situações de conflito para o casamento, provocadas por rebeldia e insatisfação. Conforme a autora “(...) independente da camada social, verificamos que de maneira geral, as mulheres moveram mais ações de anulação de casamento e de divórcio que os elementos do sexo oposto” (Samara, 1998, p. 70).

Estudos demonstram que não foram poucos os casos em que mulheres administravam o patrimônio familiar e também heranças, nos casos de viuvez (Samara, 1998; Corrêa, 1994). Aí encontramos poderes femininos. Para compreendê-los, mesmo em uma situação de sujeição e de inferioridade, é necessário entender as maneiras pelas quais mulheres atuam e criam estratégias¹². Nesse ponto, são fundamentais as colocações de Michel de Certeau (1994) sobre as táticas. O autor frisa que elas tornam-se necessárias para desvendar as sutilezas engendradas de forma criativa pelos dominados, com vistas a reagir à opressão que sobre eles incide.

Com relação ao casamento, desde o período colonial observa-se uma resistência da população em se casar, preferindo viver em concubinato. Na sociedade brasileira do século XIX, os matrimônios se realizavam num círculo limitado e estavam sujeitos a certos padrões e normas que agrupavam os indivíduos socialmente em função da origem e da posição sócio-econômica ocupada. A relativização das normas sociais facilitava a ocorrência das uniões consensuais entre os brancos pobres, negros e mestiços. Conforme nos esclarece Soihet,

[...] o casamento era uma opção para uma parcela ínfima da população, circunscrita aos grupos de origem, representando a união de interesses entre a elite branca. O alto custo das despesas matrimoniais favorecia a concubinagem entre as camadas mais baixas da população (Soihet, 1989, p.3).

Entre os pobres, como demonstra Chalhoub (1986), os padrões de moralidade eram mais flexíveis e havia pouco a se dividir ou a oferecer numa vida simples. Neste sentido, enquanto prevalecesse o estímulo inicial, existiriam razões para preservar a união, já que no plano social a separação ou um novo concubinato não teria grandes entraves ou repercussões.

A moral burguesa não era totalmente estranha aos grupos empobrecidos. Embora a relação amorosa entre as classes populares apresentasse uma dinâmica diferente se comparada a dos segmentos médios, o casamento permanecia como valor social.

As mães, mesmo as amasiadas, tinham no casamento formal uma meta para as filhas. A falta desse laço na organização da vida dessas moças significava para as mães um retrocesso nas aspirações de um futuro melhor,

¹² Partindo do pressuposto de que relações de gênero são relações de poder, muitas vezes o que pode parecer obediência e conformação são de fato estratégias utilizadas dentro de um quadro de correlações de forças diferentes e descontínuas conforme aponta Foucault (1995).

uma vez que o casamento formal constituía um objetivo a ser alcançado, a base para a respeitabilidade diante da sociedade com elevação do status (Sanchez, 2007, p.108).

O cotidiano urbano na Primeira República revela a ocupação da esfera pública por mulheres dos estratos sociais empobrecidos. Desde meados do século XIX, quando as primeiras fábricas têxteis começaram a se estabelecer, uma nova categoria de emprego despontou para a mulher das camadas populares: a de operária. O estudo de Maria Valéria Junho Pena (1981) indica que na cidade de São Paulo, no ano de 1872, dos 10.256 operários da indústria de algodão, 9.514 eram mulheres.

Para as mulheres de famílias pobres, que conviviam com a instabilidade do emprego masculino¹³, um conjunto de ocupações relacionadas à produção de serviços domésticos estava disponível. O trabalho feminino foi incorporado, sobretudo nas atividades que anteriormente se realizava no espaço doméstico, como, por exemplo, a fiação, a tecelagem, a produção do fumo, de chocolates e de redes. Mas, a indústria têxtil não constituiu o único reduto das operárias brasileiras, embora fosse esse setor o que mais empregava mulheres.

Distante do estereótipo da “rainha do lar” circunscrita ao espaço doméstico, “os censos do século XX revelam, em certas cidades, uma proporção surpreendente de mulheres chefes-de-família – até 40%” (Fonseca, 1997, p.522). Embora, em muitos casos, a mulher figurava como a pessoa responsável pelo sustento principal da casa, o trabalho feminino continuava a ser encarado de modo subalterno, como um suplemento à renda masculina. Os empregadores preferiam as mulheres e crianças justamente porque essa mão de obra custava em média 30% menos. Além da remuneração inferior, as mulheres com trabalho assalariado tinham de defender sua reputação moral, já que a norma oficial ditava que as mulheres deveriam ficar em casa. Toda sorte de preconceitos, comumente associadas ao estereótipo da *mulher pública*, recaíam sobre as que trabalhavam nas ruas. Aquelas que se ocupavam nas tarefas caseiras, também não estavam livres de serem rotuladas negativamente. Segundo Fonseca:

As mulheres que trabalhavam nas tarefas caseiras tradicionalmente femininas, lavadeira, engomadeiras, pareciam correr menos perigo moral

¹³ De acordo com o estudo de Fonseca (1997), no Rio Grande do Sul do início do século XX, somente os militares (músicos e enfermeiros) possuíam maior estabilidade no emprego. A mobilidade geográfica dos homens, na busca pelo emprego, deixava as mulheres periodicamente em estado de abandono material.

do que as operárias industriais, mas mesmo nesses casos, sempre as ameaçavam de serem mães relapsas (Fonseca, 1997, p.516).

Conhecer a vivência das classes empobrecidas nos permite compreender a racionalidade das famílias e das mulheres deste segmento, ou seja, suas próprias formas de organização social. Assim, aspectos do cotidiano e do privado tidos, à primeira vista, como insignificantes, tais como estratégias, resistências e compensações podem ser re-examinados revelando os significados políticos das contribuições femininas (Perrot et al., 2001).

Conforme sinaliza Rago (1985), nem tudo se passa como se imagina. Torna-se claro o enorme descompasso entre a moralidade oficial e a realidade vivida pela maioria das pessoas deste período. No conflito entre classes, os trabalhadores e trabalhadoras estabeleceram formas de resistências e assim preservaram suas tradições, sistemas de valores e costumes.

Referências Bibliográficas

BOCK, G. Pobreza feminina, maternidade e direitos das mães na ascensão dos Estados-providência (1890-1950). In: DUBY, G. & PERROT, M. (orgs.). **História das Mulheres. O Século XX**. Porto: Afrontamento, 1994. p. 437-477.

CERTEAU, M. **Artes de fazer. A invenção do cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 1994.

CHALHOUB, S. **Trabalho, lar e botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da belle époque**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

CONGRESSO BRASILEIRO DE MEDICINA E CIRURGIA, (5., 1903, Rio de Janeiro). **Das amas de leite no Brasil**: comunicação apresentada em 1903 ao V Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia / pelo Dr. Moncorvo Filho. Rio de Janeiro: Besnard Frères, 1904. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo12/28_Das_Amas_de_Leite_no_Brazil.pdf> Acesso em: 03 Mar. 2009

CORRÊA, M. Repensando a família patriarcal brasileira. In: **Colcha de retalhos: Estudos sobre a família no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994. p. 13-38.

COSTA, J. F. **Ordem Médica e Norma Familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

COSTA, S. G. Movimentos Feministas, Feminismos In: **Revista Estudos Feministas**. Vol.12 N. Especial. Florianópolis: UFSC /CFC/CCE/2004. p. 23-36.

FONSECA, C. Ser mulher, mãe e pobre. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997. p. 510-553.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1995.

FREIRE, M. M. de L. Ser mãe é uma ciência: mulheres, médicos e a construção da maternidade científica na década de 1920. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.15, supl., Junho, 2008. p. 153-171. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59702008000500008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 Mar. 2009.

INSTITUTO DE PROTEÇÃO E ASSISTENCIA À INFÂNCIA DO RIO DE JANEIRO. **Serviço de exame e atestação das amas de leite [recurso eletrônico] : (caderneta da ama - Dispensário Moncorvo Filho)**. Rio de Janeiro: Instituto de Protecção e Assistencia à Infância do Rio de Janeiro, 1913. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo11/03_Caderneta.pdf> Acesso em: 03 Mar. 2009

MARQUES, R. C. A maternidade Hilda Brandão de Belo Horizonte: medicina e caridade. In: **Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG**. V.6, Nº1, 2º semestre de 2005, Niterói: EdUFF, p. 157-172.

MARTINS, A. P. V. Entre a benemerência e as políticas públicas: a atuação da liga baiana contra a mortalidade infantil no começo do século XX. In: **Gênero: Núcleo**

Transdisciplinar de Estudos de Gênero – NUTEG. V.6, Nº1, 2º semestre de 2005, Niterói: EdUFF, p.43-60.

MATOS, M. I. S. Delineando corpos: as representações do feminino e do masculino no discurso médico. In: **O Corpo feminino em debate**. M. I .S. e R. S.(orgs). São Paulo: Editora UNESP, 2003. p. 107-127.

MONCORVO FILHO, A. **O Dia das Mães: conferência realizada em 12 de outubro de 1925 no Instituto Nacional de Música** (extraída dos Archivos de Assistencia a Infancia) / pelo Dr. Moncorvo Filho. Rio de Janeiro: Empresa Graphica Ed., 1925. Disponível em: <http://www2.dbd.puc-rio.br/pergamum/docdigital/MoncorvoFilho/Rolo9/12_Moncorvo_Filho_Arthur_O_dia_das_maes.pdf>. Acesso em: 03 Mar. 2009

MOTT, M. L. Maternalismo, políticas públicas e benemerência no Brasil. (1930-1945). In: **Cadernos Pagu**, vol. 16, São Paulo: 2001. p.199-234.

PENA, M. V. J. **Mulheres e trabalhadoras**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, M. “Sair.” In: FRAISSE, G; PERROT, M. (orgs.). **A história das mulheres no Ocidente. O século XIX**. Porto: Afrontamento, 1994. p. 503 – 539.

_____. Escrever a história das mulheres. In: PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007, p. 13-39.

PERROT, M, et al. A História das Mulheres. Cultura e poder das mulheres: ensaio de historiografia. Trad. de Rachel Soihet, Suely G. Costa e Rosana Soares. In: **Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero** – NUTEG – 2. sem. 2001, Vol. 2, N. 1, Niterói: EdUFF. p. 7-30.

RAGO, E. J. Higiene, Feminismo e Moral Sexual. In: **Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero** – NUTEG. V.6, Nº1, 2º semestre de 2005, Niterói: EdUFF. p.105-116.

RAGO, L. M.. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar**. Brasil 1890-1930. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra: 1985.

SAMARA, E.M. **A família Brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANCHES, M. A. P. Sob o jogo do Espelho: Imagens e Estereótipos de Gênero e Raça na conformação de casais na República. Salvador 1900/1950. In: **Gênero: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero** – NUTEG, V. 8 n. 1: Niterói: EdUFF, 2º sem.2007. p. 99-119.

SOIHET, R. **Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

_____. Violência simbólica. Saberes masculinos e representações femininas. In: **Revista Estudos Feministas**. Vol.5, Nº1, 1º semestre de 1997. Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS/UFRJ. p. 7-29.

SWAIN, T. N. A Invenção do Corpo Feminino ou A Hora e Vez do Nomadismo Identitário? In: SWAIN, Tânia N (org.). **Feminismos: Teorias e Perspectivas**. Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, vol. 8, n. ½. Brasília: UnB, 2000. p. 47-83.

THOMPSON, E.P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: **Costumes em Comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 267-304.